



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA
DA 14ª
(DÉCIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,

EM 12 DE MARÇO DE 2008.

35

38

73 *Saudas*

Publicação contida no DCL nº-67, de 18/04/08
Servidor *Ineto* Matrícula: 1173737



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Está aberta a 14ª Sessão Ordinária.

Sob a proteção de Deus, Iniciamos os nossos trabalhos.

Registro a presença dos Deputados Cabo Patrício, Chico Leite, Cristiano Araújo, Eurides Brito, Jaqueline Roriz, Leonardo Prudente, Luzia de Paula, Reguffe, Rogério Ulysses e Alírio Neto.

Convido o Deputado Cabo Patrício a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 60, de 09/04/2008, juntamente com a ata sucinta da 14ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

É lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 13ª Sessão Ordinária.

(Leitura da ata.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Esta Presidência gostaria de informar algo aos Líderes, em especial à Deputada Eurides Brito. Trata-se da questão de ordem levantada na sessão ordinária de ontem a respeito da composição da Comissão Especial para análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal.

A Mesa Diretoria publicou hoje, no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Ato nº 151, de 2008, estabelecendo a proporcionalidade e concedendo o prazo até o dia 19 de março, ou seja, cinco dias úteis, para que os Líderes façam as indicações.

Esse é o comunicado da Mesa Diretora aos Parlamentares e a esta Casa sobre a questão de ordem feita pela Deputada Eurides Brito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Estão presentes 8 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sei que a Mesa Diretora desta Casa fez tudo para que fosse instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios, tanto V.Exa., quanto o Presidente Deputado Alírio Neto. Mas não entendo por que ela ainda não o foi.

Primeiramente, disseram-me que seria no ano passado, desde o início de novembro. Aí veio o recesso e disseram que seria no início do ano. Depois disseram que seria na quinta-feira da semana passada. De quinta-feira passou para terça-feira, e de terça-feira para hoje - e já estou ouvindo um "burburinho" de que não será hoje de novo.

Então, eu gostaria de saber o motivo. Faço um apelo aos Deputados, principalmente aos membros da CPI – que vão se reunir e decidir quem será o Presidente e o Relator – para instalarmos logo a CPI e começarmos a investigar as denúncias.

A população está pagando um preço caríssimo para enterrar uma pessoa no Distrito Federal. As pessoas estão indo para o Entorno para fazer os enterros. Existem denúncias de várias pessoas que vão visitar os seus entes queridos nos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

cemitérios e eles não estão mais enterrados lá. Isso é correto? Cabe a esta Casa cumprir o seu importante papel no Distrito Federal.

Então, faço um apelo aos membros da CPI para que se reúnam e instalem de uma vez por todas a CPI. Os indicados para participar da CPI quiseram fazer parte dela. Serei candidato a Presidente, mas se eu perder a eleição, terei respeito, faz parte da democracia. É preciso começar a apurar e a investigar com profundidade os desmandos nos cemitérios e nas funerárias do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Reguffe, particularmente, entendo que V.Exa. está coberto de razão na cobrança de tal tema. Espero que esse movimento não seja fruto de forças ocultas ou de forças que não conseguimos explicar.

De qualquer maneira, acredito que a Mesa Diretora terá de tomar providências e convocar os Parlamentares para a apreciação dessa matéria, para definir, democraticamente, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, a fim de iniciarmos os trabalhos o mais rápido possível.

O Ideal é a reestatização desse importante serviço público que foi passado para a iniciativa privada. Provou-se que não deu certo e não dará certo nunca, pois a visão final da iniciativa privada é o lucro. Não dá para lucrar em cima do sepultamento, da dor de cada família e pessoa desta cidade. Infelizmente, isso ocorreu e espero que esta Casa tome providências.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que inclua na pauta da Ordem do Dia duas moções.

No dia de amanhã, às 10h, haverá a sessão solene de comemoração – V.Exa. e todos os Deputados estão convidados para participar dela – ao aniversário de 15 anos do Riacho Fundo I.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação de V.Exa., incluindo-as como itens extrapauta.

V.Exa. tem sido muito presente em todo o Distrito Federal, inclusive no Riacho Fundo. Já aprovamos ontem requerimentos relacionados a uma audiência pública.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, justificar a ausência do Deputado Raad Massouh, que neste momento está realizando exames médicos. Quero informar também que o Deputado Milton Barbosa – conversamos há pouco no estacionamento -, retornará a esta Casa daqui a pouco, pois, como os trabalhos matutinos se estenderam até o horário de almoço, somente agora S.Exa. pôde sair para almoçar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Eu gostaria de sugerir a V.Exa., uma vez que nossa assessoria de Governo - juntamente com a assessoria da Oposição - considerou que alguns projetos do Executivo não teriam dificuldade para ser apreciados e, naturalmente, aprovados, a suspensão desta sessão por alguns minutos a fim de avaliarmos que proposições podem ser votadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a questão de ordem de V.Exa. e solicita à segurança que organize a área para a reunião.

Convido todos os Parlamentares a participarem dessa reunião, porque esperamos, na tarde de hoje, apreciar algumas matérias, como as citadas pelos Deputados Reguffe e Wilson Lima.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante dez minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h41min, a sessão é reaberta às 17h06min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se Início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores da imprensa, fiz questão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

de vir hoje a esta tribuna em função dos últimos acontecimentos ocorridos no Distrito Federal, principalmente com relação à Segurança Pública, à troca de comando, à queda do Cel. Serra, inclusive, à entrega do cargo do atual Secretário de Transportes, Cel. Alberto Fraga, que é oriundo da Polícia Militar do Distrito Federal.

Durante duas semanas, denunciei incansavelmente o uso da máquina política da Polícia Militar do Distrito Federal. Fiz denúncias aqui contra o atual comandante, contra a falta de uma política de Segurança Pública no DF. Tanto é verdade que os índices de violência aumentam dia a dia, principalmente nos finais de semana da Capital da República.

Não compactuo e não vou compactuar com isso, sempre vou denunciar qualquer ingerência política. Não encaminhei ofício nenhum ao Comandante-Geral da Polícia Militar. Não fiz ingerência na Polícia Militar, não vou fazer e não vou admitir que o façam. Venho a esta tribuna denunciar, porque sou Líder do Partido dos Trabalhadores, da Oposição deste Governo. Qual é a ingerência política, Deputado Milton Barbosa, que eu teria no atual Governo?

É importante destacar que os policiais militares que respondem a algum processo no Conselho de Disciplina ou a processo administrativo de licenciamento têm amplo direito de defesa. Enquanto o processo não for transitado e julgado, esses policiais militares podem permanecer na Instituição, seja na Polícia Militar, na Polícia Civil, ou no Corpo de Bombeiros. O Deputado Milton Barbosa, que é oriundo da Polícia Civil, tem conhecimento disso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Relataram que eu intercedi para que um policial militar, acusado de homicídio, permanecesse na Polícia Militar. É mentira! E quem denunciou tem de provar isso. Em momento algum eu fiz a defesa de qualquer meliante ou de qualquer pessoa para permanecer nas instituições, pelo contrário.

Qual foi o Parlamentar ou a pessoa que me viu fazer defesa do fato ocorrido nos trailers da Cellândia? Do rodoviário, que sofreu homicídio lá em Brazlândia? Pelo contrário, o meu mandato concedido pelos policiais e bombeiros militares e pela sociedade do Distrito Federal é para defender os bons profissionais, é para defender os policiais bombeiros militares, é para defender uma Segurança Pública justa e digna. E isso eu vou fazer, doa a quem doer, mesmo que se troque o comando. Quando se troca o comando de qualquer instituição, a exemplo de uma edição de jornal, todos os cargos ficam à disposição para que se tenha autonomia e liberdade para montar a equipe.

Desejo que o novo comandante da PM tenha sorte e, principalmente, faça um planejamento comprometido com a redução dos índices de violência no Distrito Federal. Desejo também que ele propicie dignidade aos policiais e bombeiros militares e que vá à base, aos quartéis, às cidades do DF, aos Conselhos de Segurança Comunitária conhecer os problemas relativos à segurança pública de perto, como na sua cidade São Sebastião, Deputado Rogério Ulysses.

Espero que não tenhamos que vir aqui a esta tribuna criticar qualquer que seja o ocupante de cargo do Governo local. Mas qualquer um deles que venha a cometer um deslize deve ser fiscalizado pelos Parlamentares desta Casa, porque é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

função do Legislativo fiscalizar o Executivo. Cumprirei o mandato parlamentar que me foi dado pelos policiais e bombeiros militares com muito orgulho e dignidade. Em momento algum vacilarei na defesa de qualquer um dos profissionais ou de quem me procure por se sentir injustiçado.

DEPUTADO PAULO TADEU – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado, seria estranho se V.Exa. não fizesse nada em defesa da categoria que o elegeu.

V.Exa. tem assumido uma postura nesta Casa em defesa da justiça, assim como os demais parlamentares, que são procurados diariamente por pessoas injustiçadas para que, dentro da sua visão, dentro da sua opinião, solicitem às entidades públicas que não cometam injustiças, analisando os casos de maneira isenta. V.Exa. tem feito isso com muita propriedade.

Sabemos que V.Exa. não defende criminosos, nem pessoas que participem de qualquer tipo de esquema contrário às leis deste País, à Constituição, à moralidade e à ética.

Portanto, nenhum parlamentar pode se abster do seu legítimo direito de pedir aos órgãos públicos, ao Governo - Federal, estadual ou municipal -, que ajam com a devida justiça. Não é justo acusar V.Exa. de qualquer outro tipo de ação. Sou testemunha de que tem pautado o seu mandato de maneira muito transparente, honesta e correta na defesa de categorias importantes, como a Polícia Militar, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Corpo de Bombeiros e outras, inclusive contra qualquer tipo de perseguição a esses profissionais.

Sabemos que esses servidores exercem a função ímpar, na sociedade, de combater a criminalidade, que, infelizmente, cresce a cada dia devido à crise social que paira sobre o nosso País, com tanta desigualdade social em um sistema capitalista que acumula renda e terra em detrimento da maioria do povo brasileiro.

Por tudo isso, V.Exa. tem toda a razão de fazer a defesa.

Esperamos que os policiais de Brasília sejam, de fato, valorizados e respeitados - já são muito bem representados por V.Exa.

Continue firme na defesa da igualdade social, na defesa da sua categoria, porque é esse o papel que veio cumprir na Câmara Legislativa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Agradeço o aparte do Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Permite-me V.Exa. um aparte?.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Deputado Cabo Patrício, em primeiro lugar, acredito que o que gerou essa crise na Secretaria de Segurança Pública e até a troca do coronel que estava à frente da corporação não foi ingerência de nenhum político, muito menos de V.Exa. Tenho certeza que não. Não partiu da Câmara Legislativa essa crise.

O que gerou esse conflito, na verdade, foram os últimos acontecimentos que envolveram policiais militares nesta cidade. A questão do BOPE, no Galinho da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Madrugada, o espancamento do dono de um *tralller* em Ceilândia, o possível assassinato de um motorista de ônibus em Brazlândia, enfim, foram essas ocorrências que levaram a essa crise na Segurança Pública do Distrito Federal e à ação do Governo. O pronunciamento de V.Exa. deixa claro que não foi nenhuma ingerência política.

Convido todos os parlamentares desta Casa para, às 19h30, estarem presentes à audiência pública na cidade de São Sebastião. Foram convidados o Secretário de Segurança Pública, o Deputado Raimundo Ribeiro - Secretário de Justiça e Cidadania - e várias autoridades da segurança.

Penso que audiências públicas não devem acontecer somente no plenário desta Casa. Elas têm de acontecer na comunidade, onde está o problema.

Espero contar com a presença das autoridades da Segurança Pública do Distrito Federal na cidade de São Sebastião. Eu gostaria muito de contar, também, com a presença de outros Parlamentares, pois se trata de crise na Segurança Pública. Talvez a maior crise não se solucione com a simples mudança de um coronel ou do efetivo. A medida cabe ao Governo, que tem autoridade para isso - não quero entrar nesse mérito. A verdadeira crise da Segurança Pública está acontecendo nas cidades do Distrito Federal - São Sebastião e outras - por falta de efetivo policial e, às vezes, de políticas públicas; freqüentemente ouvimos notícias lamentáveis sobre a Segurança Pública.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Quero, portanto, agregar à justificativa e ao esclarecimento de V.Exa. meu posicionamento: a maior crise não está somente na substituição do coronel, mas também na construção de uma política pública para a Segurança no Distrito Federal.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Agradeço o aparte do Deputado Rogério Ulysses.

Em função da denúncia e da acusação, acrescento que cabe a qualquer cidadão, inclusive a todo policial militar, o amplo direito de defesa. Ninguém é condenado antes da sentença transitada em julgado. Cabe recurso após a condenação na primeira instância, na segunda instância, no STJ e até mesmo no STF.

Vou defender todo e qualquer policial militar injustiçado, porque também fui vítima dessa injustiça. Fui expulso da Polícia Militar duas vezes e até hoje não fui julgado e condenado, não houve o trânsito em julgado da minha sentença condenatória. Por isso, espero um dia retornar aos quadros da Polícia Militar e cobrar do GDF indenização por danos materiais e morais em função do ato ilícito praticado pelo comando da corporação.

Nós, Parlamentares, devemos defender a posição de que em nenhum órgão do Distrito Federal se cometa injustiça, porque quem paga por ela é o contribuinte do Distrito Federal; é o contribuinte quem paga a conta no final. E isso temos de evitar.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Deputado Cabo Patrício, conheci bem a sua luta em um grande movimento em defesa dos direitos dos policiais e dos bombeiros militares. Por causa dessa luta respondo até hoje a um processo por crime militar. Visitei V.Exa. na prisão quando, injustamente, foi preso pelo único crime que, para aqueles que ainda detêm uma cultura de autoritarismo e de confisco da segurança pelo Estado - tentando tirá-la do próprio povo –, é considerado delito, infelizmente.

Sei da luta absolutamente correta de V.Exa. para que tenhamos os ventos do estado democrático de direito entrando nos quartéis e nas unidades militares. Sei disso porque V.Exa. é um dos que mais defende que a Polícia Militar não seja submetida a um regimento que remonta ao período precedente à República - pré-republicano - e que possibilita uma série de injustiças não correspondentes à democracia, ou talvez ao arremedo de democracia que temos hoje no País. Sei que V.Exa. tem a preocupação de que os policiais não sejam injustiçados, e tem pautado sua vida a partir daí; não apenas os policiais, mas qualquer pessoa neste País e nesta cidade. Sei também que V.Exa. se preocupa com o nível de violência que tem atingido a ação da nossa polícia.

Há estudo de um grande teórico, Ignácio Cano, no Rio de Janeiro, que aponta o crescimento vertiginoso da violência da polícia aqui no Distrito Federal. Creio que temos de nos debruçar sobre o problema. Essa violência, como todas as outras, tem várias causas. Uma delas, talvez, seja o desrespeito à própria Polícia Militar, o que faz com que o policial trabalhe num nível de estresse muito grande,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

num nível de tensão muito grande. O próprio crescimento da violência pública já expõe o policial militar a uma condição de tensão permanente.

Acho que esta Casa tem de discutir o fenômeno do crescimento da violência policial. Sei que V.Exa., tanto quanto eu e todos e todas que aqui estamos, não defende a impunidade. Defendemos, apenas, que a lei seja respeitada para que se apure qualquer irregularidade na corporação e fora dela.

Portanto, V.Exa. tem minha solidariedade e minha certeza de que as críticas ou as denúncias que estão sendo imputadas a V.Exa. são absolutamente infundadas. Acho que não só a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiro Militar, mas também esta Casa e a sociedade ganham muito com a presença de V.Exa. neste Parlamento.

V.Exa. tem minha solidariedade.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

Sr. Presidente, para encerrar...

DEPUTADO REGUFFE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sobre esse caso que V.Exa. trouxe à tona nesta Casa, concordo plenamente quando V.Exa. diz que não pode haver injustiça. Não há nada pior do que uma injustiça.

Penso que as denúncias e as investigações do Ministério Público precisam ser aprofundadas. É preciso que haja punição, caso sejam culpados os acusados, até porque a sociedade já não agüenta mais impunidade. Alguns até dizem que o grande mal desta sociedade é a corrupção. Eu não acho, porque corrupção pode haver em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

qualquer lugar do mundo. O que não pode ocorrer é um governante tomar conhecimento de um fato e não tomar uma atitude. Então, a impunidade é dez mil vezes mais perversa do que a corrupção.

Penso como V.Exa. Penso que não pode haver injustiça, mas penso também que as investigações do Ministério Público devem ser respeitadas, que o papel do Ministério Público deve ser respeitado, pois ele cumpre, nesta sociedade moderna, neste Estado moderno, neste país, um importante papel.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Muito obrigado, Deputado Reguffe.

Sr. Presidente, só para encerrar, eu gostaria de, concordando com o Deputado Reguffe, dizer que todas as denúncias do Ministério Público precisam ser apuradas, e os responsáveis, punidos com toda isenção, com todo rigor. Viemos a esta tribuna para denunciar, há mais de duas semanas, as irregularidades nos quartéis da Polícia Militar. Agora, acho que toda acusação deve ser feita com responsabilidade. É o que sempre tenho dito para evitar injustiça, é claro. A apuração precisa ser feita.

O Ministério Público deve denunciar os culpados, para que eles possam ser punidos de acordo com a legislação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 60, de 09/04/2008, juntamente com a ata sucinta da 14ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que votemos as duas moções, uma vez que há 13 Deputados presentes no plenário.

Peço que seja incluído também o requerimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Pergunto aos Líderes, diante da urgência que pedem o requerimento e as moções, se há acordo em votarmos, ao abrirmos a sessão extraordinária, as duas moções e o requerimento que trata da realização da audiência pública.

Logo após a votação, voltaremos aos Comunicados de Líderes.

Para nos organizarmos, passaremos à Ordem do Dia e, em seguida, abriremos, no Grande Expediente, espaço para que os Líderes e demais Parlamentares façam uso da palavra.

(Intervenção fora do microfone.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Passaremos diretamente para a Ordem do Dia e, depois, retornaremos ao Grande Expediente e concederemos espaço para todos os Líderes e Deputados.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha intervenção é apenas para relatar o que ocorreu no início da reunião, na sala do cafezinho, até porque foi o compromisso assumido por todos os Parlamentares - temos como testemunha o Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, que foi quem fez o encaminhamento lá.

Estou esperando a instalação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito desde novembro do ano passado. Há o compromisso de todos os Parlamentares, até mesmo do Líder do Governo, para que terça-feira seja instalada essa CPI.

Registro isso para que tudo seja feito publicamente, para que seja dado conhecimento a todos, porque esse processo deve ser transparente. Então, há o compromisso de todos para que na terça-feira seja instalada a referida comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – V.Exa. tem razão. Essa decisão foi fruto de um debate que envolveu todos os Líderes e os demais Parlamentares. Na terça-feira, escolheremos o Presidente, o Vice-Presidente e Relator dessa CPI.

DEPUTADO REGUFFE – Para instalar e começar os trabalhos...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Instalada, ela já está. O que precisamos, para iniciar os trabalhos, é exatamente definir quem será o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator da comissão. A partir daí, a comissão funcionará, de fato, já que a instalação se deu com a publicação, no Diário Oficial, do nome dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Esta Presidência está de acordo com a intervenção de V.Exa.

Esperamos que, na terça-feira, sem nenhuma influência de forças ocultas, iniciemos a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios. Esses serviços foram privatizados e os responsáveis estão prestando péssimos serviços à população, de maneira abusiva, especialmente quanto aos valores. Esperamos que a referida comissão solucione essa quase extorsão da população de Brasília.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Apreciação, em bloco, dos seguintes Itens:

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 835, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei Complementar nº 54, de 2007".

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 141, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "manifesta votos de louvor e parabeniza pelos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

relevantes serviços prestados à comunidade do Riacho Fundo I a pessoa que menciona”.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 142, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “manifesta votos de louvor e parabeniza pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Riacho Fundo I a pessoa que menciona”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as matérias permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As matérias foram aprovadas com a presença de 13 Deputados.

Retornaremos ao

GRANDE EXPEDIENTE.

Estão inscritos os Deputados Reguffe, Jaqueline Roriz, Raad Massouh, Milton Barbosa, Paulo Roriz, Batista das Cooperativas, Eurides Brito, Cabo Patrício, Erika Kokay, Chico Leite, Paulo Tadeu, Rôney Nemer, Rogério Ulysses, Bispo Renato Andrade, Pedro do Ovo e Luzia de Paula.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

V.Exa. abre mão? (Pausa.)

O Deputado Reguffe não irá usar da palavra, mas eu gostaria de fazê-lo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de o Deputado Paulo Tadeu fazer uso da palavra, comunico à Mesa, à Presidência e aos demais Parlamentares que eu me ausentarei nos próximos minutos, uma vez que tenho compromissos agendados e não poderei permanecer neste plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata o comunicado de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador. Para breve comunicação.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para me manifestar mais uma vez sobre o debate que V.Exa. fez ontem, que está estampado no *Correio Braziliense* desta semana, em relação à crise que afeta a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal.

Esta Casa, sob a iniciativa de diversos Parlamentares, Deputado Reguffe, solicitou a instalação de uma CPI para investigar fraudes nas provas da Ordem. A própria OAB, Deputado Cabo Patrício, já declarou, demonstrou e assumiu publicamente que existiram pelo menos cento e trinta fraudes em suas provas aqui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

no Distrito Federal. Mas os culpados ainda não apareceram, Deputado Paulo Roriz! A Ordem já divulgou que houve fraudes, mas ainda não se sabe quem são os responsáveis!

Fraudes essas para as quais queremos chamar a atenção, porque se existe uma coisa, Deputada Erika Kokay, que faça com que as pessoas nos procurem é com relação às dificuldades que elas enfrentam em receber a carteira de advogado da OAB. Isso depois de anos e anos, Deputada Luzia de Paula, em um curso de Direito, muitas vezes em uma instituição privada, com mensalidade de valores altíssimos! E, após sua formatura, há a dificuldade que várias pessoas nesta cidade encontram em receber a carteira da OAB, de advogado, e, portanto, poder começar a trabalhar.

E aí, Deputado Leonardo Prudente, quantas famílias nesta cidade tiraram de seu orçamento familiar recursos importantes para garantir o filho num cursinho preparatório? Porque além do curso superior, ele teve de fazer cursinhos e mais cursinhos, e não passa na prova da OAB! Não é aprovado na prova da Ordem! Em compensação, Deputado Batista das Cooperativas, pessoas que sequer fizeram a prova foram aprovadas e hoje têm a carteira da OAB! Há denúncias de conluio entre vários cursinhos preparatórios para essa prova e a própria OAB!

Esta Casa não pode se eximir de investigar essas relações perniciosas que existiam entre cursinhos e a OAB. Porque nós estamos defendendo o direito legítimo das pessoas que pagaram mensalidades altíssimas nas faculdades, nas universidades e mesmo nos cursinhos preparatórios e foram lesadas! Foram lesadas, Deputado Paulo Roriz! Lesadas! Portanto, cabe, sim, a esta Câmara investigar essas relações.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Esta Casa não pode se omitir! Vamos instalar a CPI dos Cemitérios e começar seu funcionamento, Deputado Reguffe, com muita correção e propriedade - atributos que V. Exa. tem defendido - na terça-feira próxima. Mas acho que chegou a hora de esta Câmara também instalar a CPI da OAB!

Até porque os jornais estão estampando aí que parece que havia uma armação, com "advogados de oposição" contra "advogados de situação", quando querem, na realidade, transformar todas as denúncias da OAB... É como se houvesse uma guerra política! E não é a guerra política pela direção da OAB que está em jogo. Não é essa a questão que queremos investigar, Deputado Leonardo Prudente! E sim as fraudes que ocorreram em relação às provas que a OAB aplica para que as pessoas possam ter o direito àquela carteira e a começar a advogar! Esta Casa não pode se omitir!

Por isso, quero defender aqui, depois de todas as matérias que o *Correio Braziliense* publicou nos últimos dias e que a imprensa noticiou, que mostram que ali há algo muito pior do que imaginávamos no ano passado, que chegou a hora de esta Câmara instalar essa CPI!

Instalemos primeiro a CPI dos Cemitérios, porque essa discussão já está colocada. Mas que possamos, logo após, Deputado Reguffe, iniciar os trabalhos também da CPI da OAB. Deputado Leonardo Prudente, quero inclusive pedir apoio a V.Exa., Líder do Governo, e aos demais Parlamentares, como o Deputado Rogério Ulysses, que vem chamando essa CPI, para que possamos, depois de iniciar os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

trabalhos da CPI dos Cemitérios, espero não haver nenhum problema entre uma e outra, iniciar os trabalhos da CPI da OAB!

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Permite-me V. Exa um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V. Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado Paulo Tadeu, primeiro eu quero parabenizar V.Exa. por trazer este tema ao Plenário.

Desde o ano passado, nós começamos a fomentar nesta Casa a necessidade de uma investigação mais séria, uma investigação externa. Porque a OAB já assumiu que ocorreram fraudes, mas dentro de uma investigação interna, corporativa. E tentaram, de certa forma, dizer que não era competência da Câmara Legislativa - chamaram o tema de competência - investigar a OAB, porque essa é uma questão nacional.

Agora, o que ficou claro com o desenrolar dos fatos e com a entrada da Polícia Civil no caso é que existe realmente muita coisa que ainda precisa ser investigada. E o foco é exatamente este: a relação que existe entre os formandos e a aquisição da carteira de advogado para poderem exercer sua função no mercado de trabalho. É aí que reside. Não se trata de disputa política. A eleição da OAB é de foro interno e o seu tempo é definido pelas leis internas da OAB.

O que nós queremos é o seguinte: que quem termine o curso de Direito hoje, no Distrito Federal, possa fazer uma prova com isenção e tenha o direito a exercer sua profissão!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Parabéns, Deputado Paulo Tadeu! Estou com V.Exa. nesse trabalho!

DEPUTADO PAULO TADEU – Agradeço o aparte do Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Permite-me V.Exa um aparte?

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Paulo Tadeu, eu faço minhas as palavras do Deputado Rogério Ulysses e também quero dizer que hipoteco total apoio a V.Exa. nessa importante defesa dos estudantes de Direito do Distrito Federal.

Falo aqui em meu nome, naturalmente. Não falo aqui pela Liderança, mas como Parlamentar. Darei todo meu apoio a V.Exa. para essa importante CPI que certamente irá nortear os futuros estudantes, a fim de que eles possam ter dignidade no exercício de sua profissão.

Parabéns, Deputado Paulo Tadeu!

DEPUTADO PAULO TADEU – Agradeço o aparte do Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado Paulo Tadeu, ontem eu fui citado pelo Deputado Rogério Ulysses sobre essa questão da OAB. Naquela ocasião eu fiz primeiro a defesa da instituição. Fiz uma defesa técnica! E vou continuar nessa linha.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Há uma briga política, sim. V.Exas. podem verificar que houve anteriormente uma audiência pública promovida por esta Casa para discutir o problema, em que os três advogados que foram gravados, não pela Polícia Civil, mas pela pessoa que estava sendo instada a ir ao Ministério Público para a delação premiada, estiveram presentes! As alegações são as mesmas. Estiveram presentes com uma moça de cujo nome eu não me recordo. Foi gravada essa audiência.

Quer-se instalar uma CPI independentemente da questão técnica que virá à tona, por esta Casa ou pela própria OAB, que apurou, sim, os fatos. Não se pode negar que apurou! E colocou, vamos dizer, "em disponibilidade" seu Vice-Presidente.

O desafio que eu faço agora aqui, já que há o envolvimento de uma briga paroquial parecida com aquela entre Chico Vigilante e Lenildo Moraes, que se incluem como investigados também os três advogados que foram gravados pela moça. Não há nenhum problema nisso. São partes de um mesmo bloco. São "farinha do mesmo saco" pelo que eu vejo.

Então, vamos incluir os três advogados, que agora usam do direito de espernear, porque foram pegos na contramão! Vamos fazer essa Comissão e deixar os embates técnicos por conta da OAB e do Judiciário.

DEPUTADO PAULO TADEU - Eu concordo com V.Exa, Deputado Milton Barbosa, que essa Comissão, ao ter início, que ela tenha a capacidade de investigar tudo. Inclusive as denúncias que eu acabei de citar, que foram publicadas no *Correio Braziliense* esta semana. Até para que se possa esclarecer uma série de dúvidas com relação a esse episódio!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Quero me somar a V.Exa. no sentido de que somente uma CPI agora será capaz de fazer com que a verdade venha à tona. Doa a quem doer! Agora, o que não pode ser feito é se esconder os fatos atrás de possíveis elementos técnicos para não dar a devida transparência ao processo. Ora, houve fraudes nas provas da OAB? Ocorreram fraudes? A OAB está dizendo que houve. Quem são os responsáveis por essas fraudes?

Eu não quero fazer nenhum tipo de declaração que possa ser injusta do ponto de vista de um processo jurídico, enfim, mas se houve fraude, houve fraudadores! Se houve fraude, houve fraudadores! E a OAB tem de apresentar quem são esses fraudadores! Quem são os fraudadores? Essa senhora que gravou a conversa com os advogados era secretária de um dos possíveis responsáveis, que foi afastado - não sei se foi por fraude, não posso cometer injustiças. O jornal diz que essa senhora foi secretária de um dos dirigentes da OAB, que já foi afastado. Qual o motivo desse afastamento? Foi um motivo político interno ou foi porque tem participação nas possíveis fraudes? E essa senhora, como secretária, participou ou não de tudo isso? Quero somar-me a V.Exa. nessas questões, juntamente com os Deputados Rogério Ulysses e Leonardo Prudente.

Devemos preservar a OAB. A OAB é uma instituição importante. A CPI não pode servir para diminuir a importância da OAB; pelo contrário, deve limpar qualquer problema dentro de instituição, a fim de que ela se torne uma entidade da sociedade, pois é uma entidade importante e tem história neste País. Queremos,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

juntamente com V.Exa. e toda a Casa, uma OAB forte, como deve ser, até para a garantia da democracia e do papel do advogado.

Jamais abriríamos uma CPI para enfraquecer tal entidade. As pessoas passam, a entidade fica. As pessoas cometem erros; a entidade, muitas vezes, fica a mercê desses erros. Somo-me a V.Exa. na defesa da OAB, mas, para defender a OAB, queremos que ela seja transparente, limpa, funcione de forma adequada e não permita nenhuma fraude que usurpe das pessoas e das famílias desta cidade o direito a uma prova transparente.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Deputado Paulo Tadeu, V.Exa. já está no seu terceiro mandato. Concito V.Exa. a nos ajudar a formalizar o Instrumento para incluir os três advogados que tiveram uma conduta comprovada ali. Há mais pessoas, segundo consta nas gravações. Se houver condição, que se incluam esses três advogados na investigação.

DEPUTADO PAULO TADEU – Deputado Milton Barbosa, conheço um desses advogados de longa data. Tenho certeza absoluta de que ele, mais do que ninguém, deseja vir a esta Casa esclarecer as possíveis denúncias que hoje o jornal traz à tona. Não tenho nenhuma dúvida de que esse advogado, o Dr. Ulisses, e os demais não usarão de nenhum subterfúgio para impedir que a OAB seja investigada por esta Casa. Eles se colocarão, inclusive, à disposição desta Casa para tirarmos qualquer dúvida com relação à denúncia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Realizaremos a CPI. Concorde com V.Exa. em relação ao requerimento. Colocaremos no requerimento essas últimas denúncias do *Correio Braziliense*, para que possamos investigá-las.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Temos de incluí-las.

DEPUTADO PAULO TADEU – Claro. Incluiremos todo o episódio: a secretária, a delegada, quem participou, quem não participou, quem realizou a degravação, todos. O importante é esclarecer as denúncias que estão surgindo pela imprensa. Essas denúncias não surgiram desta Casa; surgiram, primeiro, na imprensa. Esta Casa está dando a resposta à sociedade.

Somo-me a V.Exa. na preservação do interesse de uma OAB forte. Investigaremos, sim, as denúncias de fraude nessa instituição. Muito obrigado Sr. Presidente. Agradeço a todos os Parlamentares pelo apoio. Semana que vem, então, entraremos com o requerimento da CPI da OAB.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária, Erika Kokay.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 60, de 09/04/2008, juntamente com a ata sucinta da 14ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokai.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora. Para breve comunicação.) - Sr. Presidente, muitas vezes, questiono-me sobre a necessidade do exame da Ordem para o exercício da profissão de advogado. Digo isso porque a minha formação é acadêmica e o exercício da minha profissão é também acompanhado por um conselho, o Conselho Regional de Psicologia - CRP, mas eu não tive que prestar nenhum exame após a conclusão do meu curso para poder exercer a minha profissão. Os médicos também não têm que fazê-lo e, do mesmo modo, possuem conselhos de acompanhamento. E assim acontece também com outras categorias profissionais. Muitos argumentam que isso é um filtro para que dali saiam profissionais mais capacitados. Pergunto-me se o foco não está errado. O foco deveria ser em fiscalizar as instituições de ensino superior, para que tivéssemos, sim, profissionais de qualidade, profissionais em condição de exercer, dentro dos princípios éticos e da boa prática profissional, a sua profissão a partir da sua formação acadêmica. Mais grave é o fato de haver tantas denúncias de fraudes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Conheço o Dr. Ulisses há algum tempo e sei que ninguém mais do que ele possui disposição de proceder a uma profunda investigação. Apresento-me sempre muito receosa de que as pessoas que, em verdade, são vítimas de um processo se transformem em algozes, por uma verdadeira opressão de opiniões divulgadas e publicadas. Então, creio que cabe a esta Casa proceder à Investigação com profundidade.

Venho aqui por outro motivo. Na semana passada, eu ainda estava na reunião da Comissão de Educação e Saúde quando recebi um telefonema do Sub-Secretário de Medidas Socioeducativas da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos aqui do Distrito Federal, que dizia que havia um processo ou início de motim no CIAGO e que os adolescentes requisitavam ou solicitavam a presença da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar desta Casa e do Ministério Público. Fomos para lá. Estávamos lá eu, Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, a Defensoria Pública e o Ministério Público. Dialogamos com os adolescentes, que nos disseram que aquele motim, ou princípio de motim, tinha um único objetivo: serem escutados. Não tinham uma pauta de reivindicação. Eles foram abordados numa revista ocorrida na madrugada da última quarta-feira. Essa abordagem, segundo os adolescentes, foi abusiva; primeiro, porque foi feita de madrugada. As revistas têm que ser feitas, porque unidade de internação tem que primar pela segurança, mas a revista foi feita de madrugada. Os adolescentes diziam que foram vítimas de agressões e que aquele movimento tinha o objetivo de que fossem escutados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Comecei a perceber que aquele motim foi devidamente apaziguado, pois foram escutados, entregaram todos os seus estoques e saíram da cela sem nenhum tipo de dificuldade, mas começou a acontecer outro motim de adolescentes em outra ala, começou a se criar um clima de revolta entre eles. Estávamos percorrendo as alas em que não havia nenhum problema para que os adolescentes falassem e dizíamos das providências que estavam sendo tomadas na tentativa de uma ação preventiva, sem generalização do conflito pontual, quando, de repente, soubemos que a direção do CIAGO havia sido objeto de uma intervenção da Polícia Civil. A intervenção da Polícia Civil a uma unidade socioeducativa de internação fere a lei, porque aquela é uma unidade educacional - diz a nossa lei.

Comecei a refletir sobre o que estava acontecendo no CIAGO, porque essa unidade não apresentava qualquer tipo de problema, até seis meses atrás. Pergunto-me que variável fez a unidade entrar nesse processo de instabilidade. Não havia qualquer tipo de problema dessa natureza dentro daquela instituição. E ocorreu-me que foi exatamente no momento em que o Governo começou a ter uma postura de insegurança sobre a renovação do convênio com os padres Amigonianos.

Uma unidade de internação não pode ter instabilidade. Não pode haver dúvidas sobre quanto tempo durará sua gestão, porque essa instabilidade se dissemina por servidores, e estes a passam, naturalmente, para os adolescentes.

Portanto, a instabilidade do CIAGO começou com o Governo Arruda, pois ela não havia anteriormente. Iniciou-se com a postura do Governo de, a todo instante, ameaçar o rompimento do convênio, o que provoca uma instabilidade na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

implementação de um método pedagógico, de um projeto ali estabelecido, e uma instabilidade e uma insegurança nos funcionários, que não sabem se vão receber os seus salários no mês seguinte.

Acho que uma unidade de internação tem que estar sob responsabilidade do Estado! Tem que ser política de estado. Creio que é preciso discutir por que o Distrito Federal não tem condições de implementar a lei aqui na Capital da República, por que o GDF tem hoje, novamente, quatrocentos adolescentes internados no CAJE - o mesmo número que havia antes da construção de mais duas unidades.

No CAJE, 102 adolescentes esperam sentença indevidamente, amontoados, sem qualquer tipo de atividade! E temos, em Planaltina, uma unidade de internação que custou R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) e comporta por volta de noventa adolescentes, construída - e vazia - há dois anos.

Portanto, temos que fazer essa discussão aqui para que possamos trabalhar com a execução das medidas socioeducativas e, mais do que isso, com política de prevenção para impedir que nossas unidades continuem lotadas.

DEPUTADO BRUNELLI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a pedido da Liderança do Governo, solicito inclusão do Projeto de Lei nº 537, de 2007 na Ordem do Dia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 03 2008	15h30min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência informa que o referido projeto será Incluído na Ordem do Dia de amanhã, uma vez que não há *quorum* para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h55min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Lido em 13/03/08
Pasta 11928-30¹

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA SUCINTA DA 14ª
(DÉCIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 12 DE MARÇO DE 2008.

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Paulo Tadeu e Wilson Lima.

SECRETARIA: Deputados Cabo Patrício e Erika Kokay.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 15 horas e 30 minutos.

TÉRMINO: 17 horas e 55 minutos.

Publicação contida no DCL nº 560 de 09/04/08
Servidor: Lucas Matrícula: 1173737



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- | | |
|----------------------------------|-------------------------|
| • Batista das Cooperativas – PRP | • Luzia de Paula – PSL |
| • Berinaldo Pontes – PP | • Milton Barbosa – PSDB |
| • Bispo Renato Andrade – PR | • Paulo Roriz – DEM |
| • Brunelli – DEM | • Paulo Tadeu – PT |
| • Cabo Patrício – PT | • Pedro do Ovo – PMN |
| • Chico Leite – PT | • Reguffe – PDT |
| • Cristiano Araújo – PTB | • Rogério Ulysses – PSB |
| • Erika Kokay – PT | • Rôney Nemer – PMDB |
| • Eurides Brito – PMDB | • Wilson Lima – PR |
| • Jaqueline Roriz – PSDB | • Alírio Neto – PPS |
| • Leonardo Prudente – DEM | |



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Paulo Tadeu):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DE ATA

- Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovada, sem observações, a Ata da 13ª Sessão Ordinária.

1.2 COMUNICADOS DA MESA

- **Mensagem nº 59, de 2008**, do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei nº 763, de 2008**.
- **Mensagem nº 60, de 2008**, do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei nº 764, de 2008**.
- **Projeto de Lei nº 762, de 2008**, de autoria do Deputado Pedro do Ovo.
- **Indicação nº 3.705, de 2008**, de autoria do Deputado Raad Massouh.
- **Indicação nº 3.706, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 3.707, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 3.708, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 3.709, de 2008**, de autoria do Deputado Paulo Roriz.
- **Indicação nº 3.710, de 2008**, de autoria do Deputado Paulo Roriz.
- **Indicação nº 3.711, de 2008**, de autoria do Deputado Paulo Roriz.
- **Indicação nº 3.712, de 2008**, de autoria do Deputado Paulo Roriz.
- **Moção nº 141, de 2008**, de autoria do Deputado Wilson Lima.
- **Moção nº 142, de 2008**, de autoria do Deputado Wilson Lima.
- **Moção nº 143, de 2008**, de autoria do Deputado Paulo Roriz.
- **Requerimento nº 834, de 2008**, do Deputado Paulo Tadeu.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- **Requerimento nº 835, de 2008**, da Comissão de Assuntos Fundiários.
- **Requerimento nº 836, de 2008**, de vários deputados.

Obs.: Os expedientes lidos estão anexos à ata.

2 PEQUENO EXPEDIENTE

2.1 COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO CABO PATRÍCIO, líder da bancada do PT

- Lembra que, durante as últimas duas semanas, denunciou a ocorrência de atuação política nos recintos da polícia militar.
- Pondera que, apesar de não ter ingerência nenhuma na polícia militar, não abrirá mão de apontar as ilegalidades de que tiver ciência.
- Deseja sorte ao novo comandante da PM e alerta-o para a necessidade de melhorar as condições de trabalho dos policiais e de adotar uma política de segurança pública eficiente.
- Destaca que é função da Casa fiscalizar o Poder Executivo.
- Ressalta a importância de garantir ampla defesa aos policiais acusados, para que não sejam injustiçados como o foi este Deputado.

3 ORDEM DO DIA

(1º) Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM EXTRAPAUTA: Discussão e votação, em turno único, da **MOÇÃO Nº 141, DE 2008**, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Riacho Fundo I, a pessoa que menciona".

ITEM EXTRAPAUTA: Discussão e votação, em turno único, da **MOÇÃO Nº 142, DE 2008**, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Riacho Fundo I, a pessoa que menciona".



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ITEM EXTRAPAUTA: Discussão e votação, em turno único, do **REQUERIMENTO Nº 835, DE 2008**, da Comissão de Assuntos Fundiários, que "Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei Complementar nº 54/2007, de autoria do Poder Executivo".

– Votação das proposições, em turno único. **APROVADAS** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

4 GRANDE EXPEDIENTE

DEPUTADO PAULO TADEU – PT

– Comenta a crise que afeta a OAB-DF, decorrente de fraudes em algumas de suas provas.

– Defende a instalação, pela Casa, de CPI para investigar o fato e identificar os fraudadores.

– Acrescenta que há denúncias de conluio entre cursos preparatórios e a OAB-DF, e que pessoas que não fizeram a prova obtiveram o registro na instituição.

– Solidariza-se com os que tiveram grande dispêndio financeiro se preparando para o certame, mas que foram prejudicados pelas fraudes.

– Avalia que somente uma CPI será capaz de trazer a verdade à tona.

– Julga importante preservar a instituição, pilar da democracia.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT

– Apóia a instalação de CPI para investigar as fraudes nas provas da OAB-DF.

– Pondera que diversas profissões não dependem de prova após a conclusão da graduação para serem exercidas, e questiona se o foco não está equivocados, pois seria mais produtivo fiscalizar as instituições de ensino ao longo do curso.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

– Relata o episódio ocorrido no CIAGO, em que menores se rebelaram alegando terem sido vítimas de abuso em fiscalização realizada na madrugada anterior.

– Acentua que a intervenção da polícia civil na direção da instituição, de cunho educacional, fere a lei.

– Analisa que, até 6 meses atrás, o CIAGO não apresentava problemas dessa natureza, e que os conflitos são consequência da instabilidade do Governo Arruda em relação à renovação do convênio com os freis gregorianos.

– Desaprova o fato de não se utilizar unidade de internação construída em Planaltina por 8 milhões de reais, enquanto há no CAJE 102 adolescentes esperando por sentença.

– Reivindica do Governo a aplicação de medidas socioeducativas e de políticas preventivas para impedir que as unidades continuem lotadas.

5 COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Paulo Tadeu):

– Informa aos líderes que o prazo final para a composição da Comissão Especial de análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica é 19 de março.

6 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Wilson Lima):

– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro Secretário

LIDO
Em 12/03/08
[Assinatura]
Assessoria de Plenário

MENSAGEM**Nº 059/2008 – GAG****Brasília, 11 de março de 2008.**

Senhor Presidente,

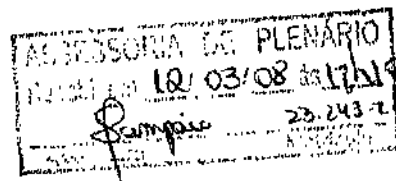
Tenho a honra de submeter à consideração dessa Egrégia Câmara Legislativa o anexo Projeto de Lei, que altera a Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006.

A nova redação proposta tem por finalidade harmonizar o cumprimento da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como “Lei de Responsabilidade Fiscal”, à tomada de decisão do Governo do Distrito Federal de eleger, na área de assistência à saúde dos servidores públicos do GDF, a estruturação de um modelo que promova o atendimento das demandas mais urgentes, sem que nenhum programa de interesse público venha sofrer comprometimento.

De fato, com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, maior rigor foi imposto com vistas à integração entre os instrumentos básicos de planejamento e de gestão governamental.

R

Excelentíssimo Senhor
Deputado **ALÍRIO NETO**
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Brasília – DF



Neste sentido, o Governo do Distrito Federal está empenhado em reduzir o custo da máquina administrativa, visando à criação de ambiente favorável para que o Tesouro do Distrito Federal tenha maior liquidez, cumprindo os mandamentos constitucionais e legais voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas.

Assim, os ajustes ora incorporados, por intermédio do anexo Projeto de Lei, têm por finalidade atentar para dialética relação entre o orçamento e as políticas públicas, principalmente das despesas de caráter continuado. Isso permitirá redução de custos, com ganhos de eficiência e visão integrada dos problemas e das soluções.

Nesta oportunidade, é imperativo destacar que o custeio da assistência à saúde suplementar, como responsabilidade do Governo do Distrito Federal e de seus beneficiários, tem por base a dotação específica consignada na Lei Orçamentária Anual, condicionada à disponibilidade orçamentário-financeira, e o compromisso com a racionalização de custos de administração, ou seja, a máxima eficiência na gestão.

Dessa forma, torna-se imprescindível um modelo que proporcione a execução de alternativas que possam acompanhar a evolução da gestão e do processo de tomada de decisão governamental, diante das variáveis de planejamento econômico e fiscal, possibilitando ainda a implantação gradual do GDF – SAÚDE - DF.

Cumpre ressaltar, ainda, que com a redação dada pela Lei Federal nº 11.302/2006, o art. 230 da Lei nº 8.112/1990 veio oferecer diversificação das modalidades de prestação de assistência à saúde suplementar, conforme transcrito a seguir:

"Art. 230 – A assistência à saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema Único de Saúde – SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, ou ainda na forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido pelo servidor, ativo ou inativo, e seus dependentes ou pensionistas com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em regulamento".



Diante de tudo, a aprovação do Projeto de Lei que ora se apresenta é medida fundamental para o equacionamento da questão em análise, quer seja para a Administração Pública do DF, como para os servidores, seus dependentes e aposentados, o que, por consequência, resultará em benefícios para toda a sociedade do Distrito Federal.

Na certeza de receber o indispensável apoio dessa Casa Legislativa, solicito seja o referido Projeto de Lei apreciado em regime de urgência, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência e demais Pares dessa Casa Legislativa protestos do mais elevado respeito e consideração.



JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Governador do Distrito Federal

PROJETO DE LEI Nº PL 763 /2006

(Autoria: Poder Executivo)

Altera dispositivos da Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º O artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, o artigo 3º, parágrafo 3º, e os artigos 5º, 13 e 21, da Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º

§ 1º - Excepcionalmente, o INAS poderá prestar os serviços de assistência suplementar à saúde mediante auxílio, de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento em valor per capita para o beneficiário titular a ser fixado pelo Instituto, observando a disponibilidade orçamentária do GDF-SAÚDE-DF.

§ 2º - Para fins de implementação do que dispõe o § 1º deste artigo, o Poder Executivo promoverá filiação dos servidores de forma gradual por categoria funcional, iniciando este processo pela Secretaria de Estado da Educação e posteriormente para os demais órgãos, observando a disponibilidade orçamentária, mediante ato do Poder Executivo específico.

Art. 3º

§ 3º - Para a prestação dos serviços de assistência médica e os serviços suplementares que integram o GDF-SAÚDE-DF, na modalidade de auxílio, o INAS deverá contratar via processo licitatório, sob a forma de credenciamento, operadoras de Planos de Saúde registradas na Agência Nacional de Saúde, no formato de Plano Coletivo por Adesão, estabelecendo preço máximo para o Plano de Assistência Ambulatorial com Acomodação em Enfermaria.

Ar. 5º - *Podem ser filiados ao GDF-SAÚDE-DF, na qualidade de beneficiários titulares os servidores ativos e inativos; pensionistas, detentores de cargos comissionados, bem como os empregados*

públicos do Poder Executivo do Distrito Federal, compreendendo empresas públicas, autarquias e fundações.

Art. 13 - *O GDF-SAÚDE-DF consiste na cobertura das despesas decorrentes de atendimentos médicos, ambulatoriais, odontológicos, fisioterapêuticos, fonocardiográficos e psicológicos, bem como dos atos necessários ao diagnóstico e ao tratamento prestados aos beneficiários do Plano, na forma de sua regulamentação.*

Art. 21 - *A contribuição mensal para o GDF-SAÚDE-DF corresponderá ao percentual de 4% (quatro por cento) para o beneficiário titular, calculado sobre sua remuneração bruta e de 1,0% (um por cento) para cada dependente, cabendo ao Governo do Distrito Federal efetuar aporte mensal de até 1,5% (um e meio por cento) calculado sobre o valor mensal total da folha de pagamento de seus servidores.*

(.....)

§ 3º - *Na modalidade de auxílio o beneficiário titular deverá complementar o valor do Plano de Saúde escolhido, bem como se responsabilizar pelo pagamento integral de seus dependentes, ficando isento das contribuições especificadas no caput deste artigo, não cabendo qualquer custo adicional para a administração pública.*

§ 4º - *Fica o Governo do Distrito Federal autorizado a conceder recursos suplementares para o cumprimento dos objetivos do GDF-SAÚDE-DF, mediante justificativa técnica pormenorizada e apresentação das providências adotadas visando o reequilíbrio econômico-financeiro."*

Art 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Em 12/03/08
LIDO
Assessoria de Planário

MENSAGEM

Nº 060 /2008-GAG

Brasília, 11 de março de 2008.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a essa ilustrada Casa Legislativa o Projeto de Lei em anexo, que altera a Lei nº 4.028, de 16 de outubro de 2007, com o intuito de implementar o Programa Cheque Moradia no âmbito do Distrito Federal.

A presente proposta, seguindo a linha da legislação anterior, objetiva conceder subsídio para a construção, reforma ou ampliação de unidades habitacionais unifamiliares caracterizadas como habitação de interesse social e será coordenado pelo Programa Habitacional da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF.

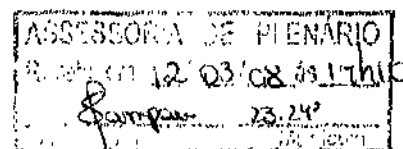
O subsídio constituirá crédito outorgado a pessoas jurídicas regularmente estabelecidas no Distrito Federal, que tenham por atividade comercial a venda de mercadorias do ramo da construção civil.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado ALÍRIO NETO

DD. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

NESTA



Com as alterações previstas, fixam-se, desde logo, os valores destinados aos beneficiários do Programa, consideradas a necessidade e a condição da unidade habitacional a ser reformada e/ou construída.

Por outro lado, pela proposta em anexo modifica-se o sistema de pagamento previsto na Lei a ser modificada, que previa a utilização de um cartão e de concessão de empréstimo por parte do Banco de Brasília S/A, para que o beneficiário possa diretamente receber um cheque nominal, onde já deve constar o valor do benefício recebido, inovação que diminui a burocracia para a implantação do Programa e facilita a utilização do crédito pelos beneficiários.

Esta modificação na própria sistemática do Programa, portanto, exigiu a mudança de redação de inúmeros artigos da Lei nº 4.028/2007, o que se efetiva com a proposta veiculada no Projeto ora encaminhado.

Na certeza de receber o indispensável apoio dessa Casa Legislativa, solicito seja o referido Projeto de Lei apreciado em regime de urgência, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência e demais Pares dessa Casa Legislativa protestos do mais elevado respeito e consideração.



JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Governador do Distrito Federal

PL 764/2008

PROJETO DE LEI Nº
(Autoria: Poder Executivo)

Altera dispositivos da Lei nº 4.028, de 16 de outubro de 2007, que institui o Programa Cheque Moradia no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA

Art. 1º O artigo 3º da Lei nº 4.028, de 16 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Fica o Poder Executivo do Distrito Federal autorizado a conceder subsídio para a construção, reforma ou ampliação de unidades habitacionais unifamiliares caracterizadas como habitação de interesse social amparadas pelo Programa Habitacional da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF." (NR)

§ 1º O subsídio de que trata o caput será concedido na forma, nos limites e nas condições estipulados em ato regulamentar expedido pelo Chefe do Poder Executivo, e constituirá crédito outorgado a pessoas jurídicas regularmente estabelecidas no Distrito Federal, que tenham por atividade comercial a venda de mercadorias do ramo da construção civil. (NR)

§ 2º O crédito outorgado autorizado por este artigo corresponderá ao valor do subsídio, destinado às aquisições de qualquer das mercadorias ou materiais de construção relacionados à melhoria e construção de habitação de interesse social, e poderá ser utilizado para o pagamento de tributos de competência do Distrito Federal. (NR)

§ 3º Ato do Chefe do Poder Executivo especificará as mercadorias, equipamentos ou materiais de construção a serem adquiridos pelos beneficiários do Programa com o subsídio que lhe for concedido, bem como o procedimento para a utilização do crédito outorgado com forma de pagamento dos tributos distritais. (NR)

§ 4º O subsídio concedido terá o seu valor expresso no "Cheque Moradia", instrumento destinado à operacionalização do Programa Habitacional do Distrito Federal, emitido em nome das pessoas físicas ou jurídicas, em valor único, permitido o seu fracionamento em parcelas. (NR)

Art. 2º O artigo 4º da Lei nº 4.028, de 16 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Farão jus à concessão do subsídio as pessoas físicas beneficiárias do Programa Habitacional do Distrito Federal com renda mensal de até 3 (três) salários-mínimos, incluindo os servidores públicos civis e militares. (NR)

§ 1º Para a construção de unidade habitacional, o subsídio será de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 2º Para a reforma ou ampliação de unidade habitacional, o subsídio será de até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por serviço, permitindo-se a soma de serviços até o limite máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)."

Art. 3º O artigo 5º da Lei nº 4.028, de 16 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação

"Art. 5º Relativamente às obras executadas por pessoas jurídicas de direito público e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e de interesse social, observar-se-ão as normas e definições expedidas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF." (NR)

§ 1º O subsídio mencionado nesta Lei artigo é extensivo aos beneficiários de programas habitacionais realizados em parceria com a Caixa Econômica Federal, desde que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF seja a entidade organizadora responsável pela operação e construção do empreendimento."

Art. 4º O artigo 7º da Lei nº 4.028, de 16 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Para fins de recebimento do subsídio instituído pela presente Lei, o beneficiário deverá atender às seguintes condições:

- a) não possuir outro imóvel no Distrito Federal;*
- b) ter família constituída com no mínimo 2 (dois) integrantes;*
- c) não ter sido beneficiado com doação de moradia em outro programa habitacional;*
- d) ser maior de 18 anos ou emancipado;*
- e) comprovar vínculo de residência no Distrito Federal de, no mínimo, 5 (cinco) anos. (NR)*

§ 1º A concessão do subsídio dependerá do atendimento de todas as condições estabelecidas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF.

§ 2º Fica a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal autorizada a abrir crédito especial para o atendimento das despesas previstas na presente Lei, utilizando-se de excesso de arrecadação tributária do Distrito Federal ou de recursos provenientes do cancelamento de despesa prevista na Lei Orçamentária em vigor."

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO DO OVO**

CIDO
Em 12/03/08
Esta
Assessoria da Plenário

**PROJETO DE LEI Nº.
(Do Senhor Deputado PEDRO DO OVO - PMN)**

PL 702/2008

Dispõe sobre a criação da Avenida do Lazer na Região Administrativa do Gama – RA II e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica criada a Avenida do Lazer na Região Administrativas do Gama – RA II, localizada na Avenida dos Bombeiros, no trecho de pista dupla que possui como limite norte, o semáforo situado junto à Companhia Regional de Incêndios - CRI dos Bombeiros e como limite sul, o balão próximo ao supermercado Super Maia.

Parágrafo único. A realização da avenida do lazer dar-se-á aos domingos e feriados, no período de 08:00 às 17:00 horas, desde que haja comunicado prévio.

Art. 2º Os responsáveis pela realização das atividades de lazer e recreação na avenida especificada nesta Lei poderão requerer o apoio da Administração Regional do Gama para viabilizar os eventos programados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei ora apresentado tem por finalidade reservar área para a realização de atividades de recreação e lazer na Região Administrativa do Gama. A medida ora proposta é de simples implementação, mas de grande alcance social, pois será um incentivo a mais para que muitos jovens e adolescentes, residentes naquela localidade, possam despertar um interesse maior pelas atividades esportivas e culturais em geral, especialmente a prática do futebol, voleibol, basquetebol, skate, tênis de mesa, dança, capoeira, teatro e apresentações musicais.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO DO OVO**

A experiência do Eixão do Lazer no Plano Piloto demonstra que o fechamento daquela via utilizada por veículos e sua destinação para uso em atividades de lazer, aos domingos e feriados, tem se mostrado uma política pública de grande benefício social.

O benefício social do Eixão do Lazer situa-se na disponibilização de um espaço para uso diversificado pela população local, como: caminhadas, cooper, ciclismo etc. Nota-se a característica difusa deste tipo de ação pois beneficia pessoas idosas, crianças, adultos, ao tempo que não distingue os beneficiários pelo uso da referida via por renda, sexo, credo ou quaisquer outras clivagens sociais. É a prevalência do interesse público pelo uso difuso do sistema viário.

Neste sentido, experiências e políticas públicas bem sucedidas devem ser ampliadas territorialmente para abranger um universo maior de pessoas. Por conseguinte, a cidade satélite do Gama, ao longo de seus 47 anos possui deficiências de espaços de lazer e entretenimento, sobretudo aqueles cujo acesso é gratuito.

Cabe ressaltar ainda, o quanto é vantajoso para o Estado e para a sociedade em geral o fomento das atividades de lazer. Pessoas que usufruem de momentos de lazer são mais produtivas no trabalho, possuem menos conflitos familiares, adoecem menos, praticam mais esporte. Enfim, o lazer é uma terapia social frente ao estresse da vida moderna.

É por isso, que o lazer tem se tornado política pública em diversos países e em gestões modernas de administração pública.

E o que dizer da relação entre a criação da Avenida do Lazer do Gama e o desenvolvimento de atividades econômicas? Sem dúvida nenhuma, haverá geração de postos de trabalho a partir do comércio de água de coco, bebidas isotônicas, sorvetes e picolés, sanduíches e etc.

Ademais, nota-se que será potencialmente beneficiada toda a população do Gama, que hoje ultrapassa 140 mil habitantes. Parte da população de cidades vizinhas como Santa Maria, Novo Gama também podem vir a ser beneficiária em função da polaridade do Gama com relação ao seu entorno próximo.

Pensando neste arcabouço de vantagens socioeconômicas e no atendimento da demanda existente na sociedade gamense por áreas de lazer foi idealizado a Avenida do Lazer do Gama.

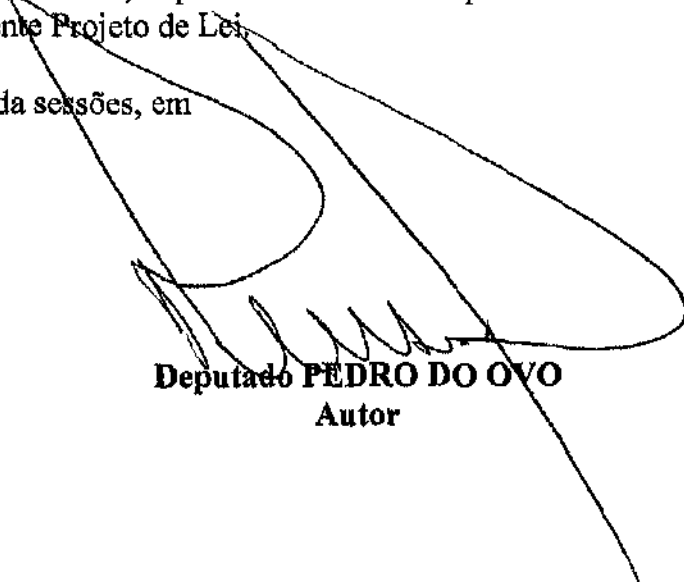


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO DO OVO

Ressalte-se, por oportuno, que o Projeto de Lei ora apresentado está em perfeita harmonia com os preceitos da Lei Orgânica do Distrito Federal, que autorizam a Câmara Legislativa a dispor sobre todas as matérias de competência do Distrito Federal.

Isso posto, e por considerar que a Proposição ora apresentada apenas procura estender para o Gama uma experiência de sucesso absoluto, que é o "Eixão do Lazer", no Plano Piloto, espero contar com o apoio dos Nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala da sessões, em



Deputado PEDRO DO OVO
Autor



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Raad Massouh

Em 12/03/08

Assessoria de Plenário

INDICAÇÃO Nº IND 3705/2008
(Do Senhor Deputado Raad Massouh)

Sugere ao Poder Executivo por intermédio da Secretaria de Infra-estrutura e Obras do Distrito Federal, a pavimentação asfáltica da via Vicinal que proporciona acesso da rodovia BR - 020 ao Córrego do Arrozal, na Região Administrativa de Sobradinho - RA V.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo por intermédio da Secretaria de Infra-estrutura e Obras do Distrito Federal, a pavimentação asfáltica da via Vicinal que proporciona acesso da rodovia BR - 020 ao Córrego do Arrozal, na Região Administrativa de Sobradinho - RA V.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de justa reivindicação da comunidade do Córrego do Arrozal e dos chacareiros da região, que sofrem com a dificuldade de acesso ao local, ocasionando transtornos e dificuldades na locomoção, no escoamento de produtos e no recebimento de suprimentos, insumos, correspondências etc.

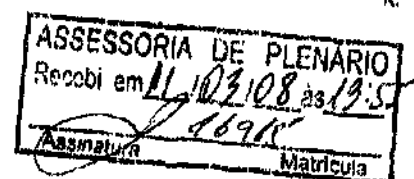
Outro problema é a dificuldade dos estudantes e trabalhadores que não possuem veículos próprios e que são obrigadas a percorrer um trecho de aproximadamente 4 km da rodovia BR - 020 até o local, a pé, hora na lama, hora na poeira, sem calçadas ou qualquer tipo de via específica para este deslocamento, além de não contarem com transporte público coletivo.

Diante do exposto, e visando a melhoria da qualidade de vida desta comunidade, solicito o apoio dos ilustres parlamentares para aprovação da presente proposição.

Sala da Sessões, em

Deputado RAAD MASSOUH
Democratas

K.





INDICAÇÃO Nº IND 3706/2008
(Da Deputada Jaqueline RORIZ)

Sugere ao Poder Executivo através da Secretaria de Estado de Transporte do Distrito Federal, a reforma das placas de sinalização das quadras 411/412 sul na Região Administrativa do Brasília RA – I.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo através da Secretaria de Estado de Transporte do Distrito Federal a reforma das placas de sinalização das quadras 411/412 sul na Região Administrativa do Brasília RA – I.

JUSTIFICAÇÃO

As placas de sinalização nas quadras 411/412 sul, encontram-se desativadas e ilegíveis, dificultando a localização das residências naquela área.

É certo que para um bom tráfego é necessário que estas placas, estejam bem sinalizadas e legíveis, permitindo o fácil acesso para àqueles que não conhecem o local. A reforma das referidas placas é antiga reivindicação das pessoas que ali residem.

Diante destes insistentes e justos anseios, conclamamos os nobres Membros da Comissão de mérito a aprovação da presente matéria.

Sala das comissões, de de 2008.


Deputada JAQUELINE RORIZ



INDICAÇÃO Nº IND 3707/2008
(Da Deputada Jaqueline RORIZ)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Obras do Distrito Federal, a reforma da quadra de esportes, próximo a Administração Regional, na Região Administrativa do Gama RA - II.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Obras do Distrito Federal, a reforma da quadra de esportes, próximo a Administração Regional, na Região Administrativa do Gama RA - II.

JUSTIFICAÇÃO

A reforma que ora se solicita, torna-se necessária, haja vista as péssimas condições que se encontra a referida quadra.

A quadra de esportes ora citada está com o piso ruim, e o alambrado encontra-se com sérios problemas, podendo inclusive ocasionar acidentes aos usuários.

É sabido que o esporte é tido como um grande auxiliador na educação das crianças e dos jovens, com vistas a melhorar as condições de conforto das crianças e adolescentes, bem como da comunidade local que usa tal espaço, é dever que o Estado não pode se furtar.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2008.

Deputada **JAQUELINE RORIZ**



INDICAÇÃO Nº IND 3708/2008
(Da Deputada Jaqueline Roriz)

Sugere ao Poder Executivo providências relacionadas à recuperação das caixas de escoamento de águas, "boca de lobo" na Ponte JK, Região Administrativa de Brasília – RA - I.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, providências relacionadas à recuperação das caixas de escoamento de águas, "boca de lobo" na Ponte JK, Região Administrativa de Brasília – RA - I.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem como objetivo sugerir ao Poder Executivo, a recuperação das caixas de escoamento – "boca de lobo" na Ponte JK.

A providência ora solicitada, torna-se necessária, diante das péssimas condições do sistema de escoamento das águas naquela área, visto que o acúmulo de água tem gerado sérios problemas naquela área.

É antiga a reivindicação daquela comunidade, de ver solucionado tais problemas, é certo que em dias de chuva o trânsito no local sofre com alagamentos, dificulto a vida do contribuinte que por ali transita.

Melhorar as condições de conforto dos moradores daquela comunidade e das demais pessoas que por ali transitam é um dever que o estado não pode se furtar.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2008.


Deputada **JAQUELINE RORIZ**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete Deputado Paulo Roriz

LIDO
 Em 12/03/08
 Assessoria de Plenário

INDICAÇÃO Nº IND 3709/2008
(Do Sr. Deputado Paulo Roriz)

Sugere ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal
 – DETRAN - DF - providências para a colocação de
 Quebra-Molas nas Entrequadras das Quadras QR 203
 até a QR 209, na Região Administrativa de Samambaia
 – RA XII.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno sugere ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN - DF - providências para a colocação de Quebra-Molas nas Entrequadras das Quadras QR 203 até a QR 209, na Região Administrativa de Samambaia – RA XII.

JUSTIFICAÇÃO

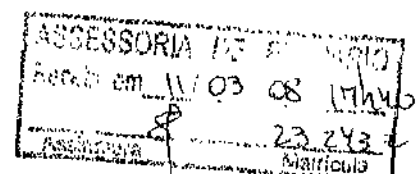
A colocação de Quebra-molas na referida área é uma reivindicação de todos aqueles que passam pela região e que de alguma maneira sofrem com o excesso de velocidade com que os carros passam pela área, ocasionando diversos acidentes, entre os quais, inúmeros atropelamentos.

Tal medida contribuiria em muito para a segurança não só dos pedestres como também dos motoristas que trafegam pela região, além de diminuir o número de acidentes que ocorrem no local.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente indicação que com certeza, será de grande importância para a comunidade local.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2008.

Paulo Roriz
Deputado Distrital
DEM





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete Deputado Paulo Roriz

EIDO
 Em 12/03/08
 Assessoria de Planário

INDICAÇÃO Nº IND 3710/2008
(Do Sr. Deputado Paulo Roriz)

Sugere à Secretaria de Esportes providências no sentido de criar um Programa de Escolinhas de várias modalidades de esporte para as crianças e jovens do DF.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno sugere à Secretaria de Esportes providências no sentido de criar um Programa de Escolinhas de várias modalidades de esporte para as crianças e jovens do DF.

JUSTIFICAÇÃO

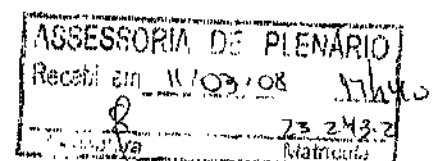
Todos nós sabemos que no Brasil milhares de jovens a cada dia entram na criminalidade e nas drogas em virtude da falta de oportunidades que nosso país lhes proporciona.

A criação de escolhinhas de futebol, vôlei, basquete, entre outros esportes serviria como ocupação do tempo ocioso desses jovens e também como uma prática de esportes saudável para todos. Inúmeros talentos do esporte escorrem pelas nossas mãos justamente pela falta de oportunidade, e através dessas escolhinhas esses talentos seriam descobertos e com certeza poderão dar um futuro melhor para seus familiares.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente Indicação que com certeza, será de grande importância para a comunidade local.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2008.

Paulo Roriz
Deputado Distrital
DEM





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete Deputado Paulo Roriz

CID 0
 Em 12/03/08
 Assessoria de Planejamento

INDICAÇÃO Nº IND 3711/2008
(Do Sr. Deputado Paulo Roriz)

Sugere à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente providências no sentido de registrar as QR's 300 na Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno sugere à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente providências no sentido de registrar as QR's 300 na Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII.

JUSTIFICAÇÃO

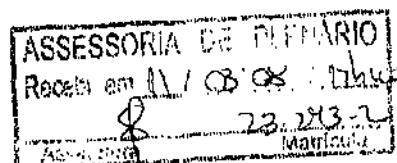
O registro das QR's 300 em Santa Maria é uma reivindicação dos moradores daquela região, uma vez que, eles ainda não possuem a escritura definitiva de suas casas. Só com o registro junto à SEDUMA é que esses moradores podem conseguir a escritura de suas residências.

Tal medida contribuiria em muito para que aqueles moradores tivessem a segurança de que moram em lugar reconhecido e registrado pelo GDF e a partir daí busquem melhorias para a região.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente Indicação que com certeza, será de grande importância para a comunidade local.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Paulo Roriz
Deputado Distrital
DEM





CID 0
Em 12/03/08
[Assinatura]
Assessoria de Plenário

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete Deputado Paulo Roriz

INDICAÇÃO Nº IND 3712/2008
(Do Sr. Deputado Paulo Roriz)

Sugere à Administração Regional de Samambaia providências para a colocação de Quebra-Molas nas Entrequadras das Quadras QR 203 até a QR 209, na Região Administrativa de Samambaia – RA XII.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno sugere à Administração Regional de Samambaia providências para a colocação de Quebra-Molas nas Entrequadras das Quadras QR 203 até a QR 209, na Região Administrativa de Samambaia – RA XII.

JUSTIFICAÇÃO

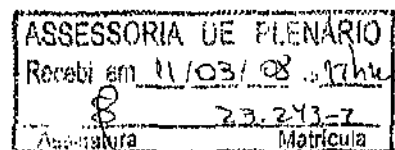
A colocação de Quebra-molas na referida área é uma reivindicação de todos aqueles que passam pela região e que de alguma maneira sofrem com o excesso de velocidade com que os carros passam pela área, ocasionando diversos acidentes, entre os quais, inúmeros atropelamentos.

Tal medida contribuiria em muito para a segurança não só dos pedestres como também dos motoristas que trafegam pela região, além de diminuir o número de acidentes que ocorrem no local.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente Indicação que com certeza, será de grande importância para a comunidade local.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Paulo Roriz
Deputado Distrital
DEM



CIDU
Em 12/03/08
[Assinatura]
Assessoria do Plenário



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DEPUTADO WILSON LIMA
SAIN PARQUE RUAL – CLDF GAB 24
FONE 39668242 – FAX 39668243
E-mail: dep.w@l.df.gov.br

MOÇÃO Nº **MOÇ 141/2008**
(Do Sr. Deputado WILSON LIMA-PR)

Manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Riacho Fundo I a pessoa que menciona.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres Pares parabenizar, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Riacho Fundo I, a pessoa; que menciona:

Pr.. Elias Aquino

JUSTIFICAÇÃO

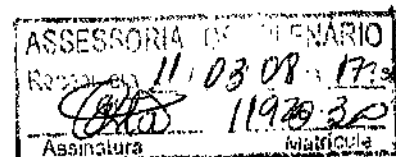
Cada homem e mulher devem aprender a olhar para os outros com os olhos de Cristo, trabalhando por eles, lutando por eles, sacrificando-se por eles. A caridade, a doação, a dedicação e a perseverança, mostram as vantagens que delas derivarão posteriormente, em uma sociedade constituída com base no espírito de serviço aos outros e não no lucro egoísta de cada indivíduo. A máxima diz: “Quem não vive para servir não serve para viver”.

O Cristão não se envergonha de ser servidor. Pelo contrário, considera-o uma honra, pois assim está imitando seu Mestre. No entanto, tem consciência das dificuldades relacionadas com um serviço generoso, lutando diariamente por esse caminho. Além disso, também sabe, é impossível um serviço duradouro e comprometido sem a ajuda de Deus, sem a sua força de expansão e integração.

Por tudo isso não poderia deixar de cumprimentar essa pessoa representando todos os moradores da nossa querida cidade do Riacho Fundo I pelo brilhante serviço prestado à comunidade da cidade, conclamando os meus nobres Pares à aprovação dessa proposição.

Sala das Sessões, em de março de 2008.

WILSON LIMA
Deputado Distrital – PR - DF.



12/03/08
Beto



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DEPUTADO WILSON LIMA**

SAIN PARQUE RUAL – CLDF GAB 24

FONE 39668242 – FAX 39668243

E-mail: dep.v

cl.df.gov.br

MOÇ 142/2008

MOÇÃO Nº

(Do Sr. Deputado WILSON LIMA-PR)

Manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Riacho Fundo I a pessoa que menciona.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres Pares parabenizar, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Riacho Fundo I, a pessoa; que menciona:

Maria Alice da Silva – Coordenadora do Grupo Simpatia 3,ª Idade do Riacho Fundo I

JUSTIFICAÇÃO

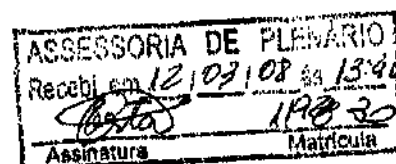
Cada homem e mulher devem aprender a olhar para os outros com os olhos de Cristo, trabalhando por eles, lutando por eles, sacrificando-se por eles. A caridade, a doação, a dedicação e a perseverança, mostram as vantagens que delas derivarão posteriormente, em uma sociedade constituída com base no espírito de serviço aos outros e não no lucro egoísta de cada indivíduo. A máxima diz: “Quem não vive para servir não serve para viver”.

O Cristão não se envergonha de ser servidor. Pelo contrário, considera-o uma honra, pois assim está imitando seu Mestre. No entanto, tem consciência das dificuldades relacionadas com um serviço generoso, lutando diariamente por esse caminho. Além disso, também sabe, é impossível um serviço duradouro e comprometido sem a ajuda de Deus, sem a sua força de expansão e integração.

Por tudo isso não poderia deixar de cumprimentar essa pessoa representando todos os moradores da nossa querida cidade do Riacho Fundo I pelo brilhante serviço prestado à comunidade da cidade, conclamando os meus nobres Pares à aprovação dessa proposição.

Sala das Sessões, em de março de 2008.

WILSON LIMA
Deputado Distrital – PR - DF.





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PAULO RORIZ

Em 12/03/08
 Assessoria da Presidência

MOÇÃO Nº **MOÇ 143/2008**
 (Do Sr. Deputado Paulo Roriz)

*Manifesta repúdio ao tratamento desrespeitoso
 dado aos brasileiros pelas autoridades da
 imigração do governo da Espanha.*

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 109 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares manifestar repúdio ao tratamento desrespeitoso dado aos brasileiros pelas autoridades da imigração do governo da Espanha.

Justificação

Nos últimos dias temos acompanhado com tristeza pelo noticiário relatos de brasileiros impedidos de entrar na Espanha sob frágeis alegações e submetidos a tratamento desrespeitoso por autoridades daquele país.

Além de serem barrados, informações dão conta de que muitos ficam isolados após o desembarque e são obrigados a dormir e alimentar-se no chão, por causa da superlotação de estrangeiros retidos. E mais, não obtêm informações sobre os motivos da recusa de entrada e ficam sem a possibilidade de comunicar-se com a família ou com o consulado brasileiro. Sequer conseguem voltar de imediato, se assim desejarem, visto que a burocracia para deportação leva vários dias.

Além de brasileiros, o mesmo tratamento tem sido dispensado a outros sulamericanos e africanos. Essas pessoas estão tendo problemas mesmo em conexões, onde o destino final não é a Espanha, sem dúvida um exagero.

Em verdade nos parece estar havendo uma demonstração injustificável de preconceito, motivada pela condição sócio-econômica do Brasil. Esses brasileiros estão sendo humilhados. Muitos deles são jovens que vão para estudar ou participar de congressos na Europa, sem nenhuma intenção de permanecer ilegalmente naquele país.

11/03/08
 23.243.2

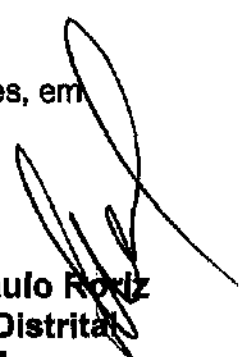


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PAULO RORIZ

Não podemos nos perder em retaliações aos turistas espanhóis que vem ao Brasil. Isso é inútil e só plora a situação dos brasileiros naquele país. Também não podemos nos cegar aos graves problemas envolvendo o tráfico de pessoas, especialmente mulheres que são obrigadas a prostituir-se na Europa.

O que precisamos é restaurar a dignidade do tratamento dado aos brasileiros, para que não haja abusos nem deportações gratuitas. O respeito à soberania de cada povo deve vir sempre acompanhado pelo respeito à dignidade das pessoas de todos os povos, sejam eles pobres sulamericanos ou ricos europeus.

Sala das Sessões, em


Deputado Paulo Roriz
Deputado Distrital
DEM



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº

RQ 834/2008

(Autoria: Dep. PAULO TADEU)

Requer a realização de sessão solene em homenagem ao 40º aniversário de Brasília – RA-IV.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do art. 124 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, requeremos a realização de sessão solene em homenagem ao 75º aniversário de Brasília – RA-IV.

JUSTIFICAÇÃO

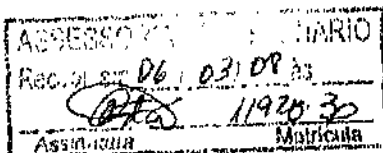
Das chamadas cidades-satélite, Brasília é a que mais se distancia do centro do Plano Piloto de Brasília. Talvez, não por outra razão, o estilo de vida de seus moradores também seja o que mais se diferencia dos demais moradores do Distrito Federal. Apegada às tradições, Brasília é a mais antiga cidade do DF.

No início dos anos 30, a pressão por maior reconhecimento político fez com que o vilarejo fosse elevado à condição de distrito de Santa Luiza (Luziânia). Nessa ocasião, o lugar recebeu o nome de Brasília em homenagem à família mais numerosa da região (Braz de Lima). O decreto de criação do distrito é de 15 de abril de 1932, entretanto, o aniversário é comemorado em 5 de junho, pois foi nessa data, em 1933, que foi criada a subprefeitura de Brasília.

A mudança da sede da capital do país para o planalto central mudou o destino da pequena Brasília. Já em 1958, foram desapropriados, amigavelmente, mais de mil alqueires da cidade. Apenas a área que circundava a sede urbana de Brasília não foi transferida para o Governo Federal.

Muitas das antigas fazendas da região desapareceram depois do represamento do Rio Descoberto e a formação do Lago do Descoberto, destinado para acumulação de água potável para Brasília. Hoje a represa é responsável pelo abastecimento de mais de 60% da água de todo DF.

Se na época da inauguração de Brasília, Brasília, já incorporada ao DF, tinha menos de mil moradores, nos anos seguintes a cidade experimentou em crescimento acelerado. Centenas de agricultores descendentes de japoneses e oriundos de outras partes do país foram assentados no Núcleo Rural Alexandre Gusmão. Outros tanto migrantes de Goiás se instalaram na zona urbana. No final dos anos 60, foi criado o loteamento de duas mil casas para assentar os moradores da favela Vilela, perto de Taguatinga.



Assinatura



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Em meados da década de 80, quando foi criada a Vila São José, a população de Brazlândia era de 25 mil habitantes. O que não mudou tanto o modo de vida calmo dos moradores, ainda presente nas antigas e novas ruas. Hoje com mais de cinquenta mil moradores, Brazlândia é uma potência agrícola do DF e começa a explorar turisticamente a região, riquíssima em belezas naturais e com festividades tradicionais o ano todo.

Como se vê, não faltam motivos para comemorar a trajetória da mais antiga cidade do DF e de sua gente. Por esse motivo, apresentamos o presente Requerimento com o objetivo de fazer justa homenagem a Brazlândia para o qual esperamos contar com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Deputado PAULO TADEU

Embebelley

DATA RESERVADA NA AGENDA
GERAL DE EVENTOS: 9/6/8
HOR: 15h LOCAL: ADM

Paulo Barros Pacheco
Chefe do Cerimonial - Substituto
Matr. 11.680-40

Prício

CID O
Em 12/03/08
[Assinatura]
Assessoria de Plenário



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº **035/2008** (Da Comissão de Assuntos Fundiários)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei Complementar nº 54/2007, de autoria do Poder Executivo.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

O Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Senhor Deputado Benício Tavares, nos termos que dispõem o art. 56 do Regimento Interno, vem requerer a realização de Audiência Pública no dia 18 de março de 2008, às 10 horas, no Plenário desta Casa para debater o Projeto de Lei Complementar nº 54/2007, de autoria do Poder Executivo que “desafeta bem público de uso comum do povo no Trecho 4 do Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS, na Região Administrativa Plano Piloto – RA I, e dá outras providências.”

Para que os objetivos do presente requerimento sejam alcançados, propomos que sejam convidados como debatedores, o Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Administrador Regional, o Superintendente do IPHAN, e demais técnicos.

JUSTIFICATIVA

O Poder Executivo do Distrito Federal encaminhou a esta Casa, o referido Projeto de Lei Complementar, para proporcionar ampla discussão da matéria, e de aspectos que demandam um esclarecimento maior, propomos a realização desta Audiência Pública.

Ciente da importância de que se reveste a matéria, conclamo os nobres pares a aprovarem o presente requerimento.

Sala das Sessões, em

de março de 2008.

[Assinatura]
Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS
Vice-Presidente da CAF

Assessoria de Plenário

Assinada em 12/03/08

[Assinatura]
Assinatura



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Em 12 / 03 / 08
Assessoria de Plenário

Requerimento nº. 836/2008

(De Vários Deputados)

Requer a realização de audiência pública, no Plenário desta Casa, com o objetivo de discutir a situação do Centro de Internação de Adolescentes Granja das Oliveiras - CIAGO.

Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com amparo nos arts.145, II,e 229 do Regimento Interno, vimos requerer a urgente realização de audiência pública, nesta Casa de Leis, com o objetivo de discutir a situação de crise em que se encontra o Centro de Internação de Adolescentes Granja das Oliveiras – CIAGO, objeto de recentes conflitos entre os jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas e os trabalhadores daquele estabelecimento.

Justificação

Assessoria de Plenário
12/03/08
Assinatura

A Imprensa noticiou, nos últimos dias, os conflitos que ocorreram no CIAGO envolvendo os adolescentes em cumprimento de medidas naquela instituição e os servidores que prestam serviços naquele local, culminando com agressões físicas entre as partes, que resultaram em ferimentos em servidores e internos. O último incidente ocorreu no dia de ontem, tendo sido iniciado pela manhã e só sendo encerrado no final da noite, o que provocou o afastamento dos padres amigonianos que até então vinham administrando o CIAGO e a substituição por um delegado da Polícia Civil do Distrito Federal.

60

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Isso posto, e considerando a grande relevância social do problema apontado e urgente necessidade de se buscarem alternativas para superá-lo, apresentamos o presente Requerimento, esperando a sua aprovação com a celeridade que o caso requer.

Sala das Sessões, 06 de março de 2008.

Erika Kokay
DEPUTADA ERIKA KOKAY

DEPUTADO ALÍRIO NETO

DEPUTADO CABO PATRÍCIO

DEPUTADO PAULO TADEU

DEPUTADO CHICO LEITE

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES

DEPUTADA EURIDES BRITO

DEPUTADO REGUFFE

DEPUTADO BRUNELLI

DEPUTADO MILTON BARBOSA

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO

DEPUTADO BISPO RENATO

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES

DEPTUADO BERINALDO PONTES

DEPUTADO RONEY NÊMER

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

DEPTUTADO WILSON LIMA

DEPUTADA LUZIA DE PAULA

DEPUTADO PAULO RORIZ

DEPUTADO PEDRO DO OVO

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ

DEPUTADO RAAD MASSOUH

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS

DEPUTADO DR. CHARLES